

Um Chamado à Ação rumo à COP30

Dirigido aos governos parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Como líderes religiosos e religiosas, e representantes de organizações baseadas na fé da América Latina e do Caribe, nos reunimos para refletir sobre a emergência climática. Todos os dias enfrentamos as consequências irreversíveis das mudanças climáticas. Nossos territórios, que consideramos sagrados, estão sendo destruídos. Vemos a devastação da Amazônia, de outros ecossistemas e dos povos que os habitam, causada pela agricultura em larga escala, mineração e extração de combustíveis fósseis. Essas atividades, em nome do “progresso”, visam apenas a acumulação ilimitada e concentrada de capital. Aqueles e aquelas que protegem nossas terras – defensores e defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente – estão sendo cada vez mais perseguidos.

Nos solidarizamos e estamos juntos com as pessoas e comunidades mais afetadas e “choramos com os que choram” (Romanos 12:15). Mantemos firme a esperança de que Deus está renovando nossas mentes e nosso mundo (Romanos 8:19-21), enquanto nos chama com urgência à ação.

A COP30 em Belém é um momento crucial para reafirmar nosso compromisso na nossa luta pela justiça climática. Ela marca o décimo aniversário do Acordo de Paris, um compromisso histórico para limitar o aumento da temperatura global. Além disso, coincide com a necessidade de que cada país apresente Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) atualizadas e ambiciosas, demonstrando seus compromissos para acelerar a ação climática.

O caminho rumo à COP30 não pode repetir os erros dos últimos anos: estagnação no progresso para a eliminação dos combustíveis fósseis, acordos de última hora e promessas não cumpridas sobre o financiamento climático. Os governos devem responder à emergência climática e agir com a urgência necessária.

Por isso, fazemos um chamado à ação aos governos e à comunidade internacional para que demonstrem liderança nas seguintes áreas prioritárias:

- 1. Cumprir as promessas de financiamento.** Os compromissos assumidos na COP29 ficaram muito aquém dos recursos que os países em desenvolvimento precisam para enfrentar as mudanças climáticas. Instamos os governos a se envolverem plenamente na “Rota de Baku a Belém” e definirem como garantirão 1,3 trilhão de dólares necessários para o financiamento climático até 2035. Esse financiamento não deve aumentar a dívida, mas ser priorizado por meio de subsídios e novas fontes de financiamento público, como impostos sobre grandes fortunas e sob o princípio de “quem polui, paga”.
- 2. Garantir a integridade do Fundo de Perdas e Danos,** incluindo tanto impactos econômicos quanto não econômicos, consolidando-o como o terceiro pilar das finanças climáticas e assegurando a entrega de subsídios ainda este ano. Fazemos um chamado urgente para que o Fundo de Perdas e Danos seja operacionalizado imediatamente, garantindo acesso simplificado e prioritário para as comunidades afetadas.

3. **Acelerar uma transição justa para deixar de depender dos combustíveis fósseis.** A falta de ação para eliminar os combustíveis fósseis coloca em risco tanto a casa comum quanto a própria sobrevivência dos Povos Indígenas e comunidades locais. Exigimos que os compromissos assumidos na COP30 incluam a transição para energias 100% renováveis, a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis e a reorientação desses recursos para o bem-estar social.

4. **Apoiar as comunidades na adaptação às mudanças climáticas.** As comunidades da América Latina e do Caribe enfrentam impactos climáticos devastadores e recorrentes, mas demonstram resiliência e criatividade na adaptação. Fazemos um chamado aos governos para que aumentem significativamente o financiamento destinado à adaptação, incluindo a saúde integral e outras necessidades identificadas pelas comunidades mais vulneráveis. Além disso, devem ser apresentados Planos Nacionais de Adaptação (NAPs, na sigla em inglês) liderados pelas comunidades, que incluam a proteção de ecossistemas-chave como a Amazônia e os recifes de coral, a integridade territorial, os direitos humanos, com ênfase nos Povos Indígenas, e a proteção dos defensores e defensoras ambientais.

5. **Priorizar as vozes dos mais afetados e das mais afetadas pelos impactos da mudança climática.** As comunidades afetadas – incluindo os Povos Indígenas e Comunidades Locais, crianças, jovens, mulheres e defensores dos direitos humanos – devem participar de maneira equitativa e significativa na tomada de decisões climáticas, para que suas vozes impulsionem soluções justas e eficazes. Fazemos um chamado aos governos nacionais e à Presidência da COP30 para que criem condições que permitam a participação e o reconhecimento das populações mais afetadas e excluídas, promovendo a confiança e a solidariedade.

Nos comprometemos a acompanhá-los neste processo, unindo-nos a vocês em oração e em ação para tornar realidade essas demandas por justiça climática.

Brasília, Brasil

20 de março de 2025

Assinado por: